

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/26717	34892/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Submete-se a ratificação do Executivo Municipal a decisão de adjudicação e a aprovação da minuta do contrato tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 29 de julho de 2025, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro.

No entanto e considerando, a data da próxima reunião de executivo apenas ocorrer em 08 de setembro, tornou-se necessário que nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro a adjudicação do procedimento e de todos as restantes propostas constantes do ponto 5 da informação de adjudicação fossem aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, sujeita a posterior ratificação em reunião do executivo.

A urgência prendeu-se com a necessidade de se adjudicar com a maior brevidade possível, uma vez que o ano letivo começa a meados de setembro e considerando que a execução está sujeita a visto do TdC,, sendo fundamental garantir que as ações previstas estejam em curso ou concluídas nessa altura; nomeadamente no que respeita aos pedidos de documentos de habilitação e caução.



A impossibilidade de convocar reunião extraordinária da câmara municipal em tempo útil, considerando estarmos em período de férias, justificou a atuação do presidente ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 75/2013, ficando o ato sujeito a ratificação na próxima reunião, conforme previsto legalmente.”

Remete-se para o efeito os compromissos, relatório preliminar e final, informação de adjudicação e minuta do contrato

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



RELATÓRIO FINAL

elaborado nos termos do artigo 124.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS,
aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualizada

1. Referência do Procedimento

Consulta Prévia por Acordo-Quadro n.º CPR/AQ/01/25/DCP.

2. Objeto

Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

3. Designação do Júri

Órgão competente: Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio

Data Despacho: 12/06/2025

Habilitação: No exercício de competência própria de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 11.04.2011.

4. Membros do Júri

Designados	Função		Participantes no Relatório
	Presidente	Membros	
		Efetivo	
	✓		✓
		✓	✓
		✓	✓
			✓
			✓
			✓
			✓
			✓

5. Audiência prévia

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 123.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de **3 (três) dias úteis** para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, e existiram duas pronúncias, a do concorrente Nortake, Lda e a do concorrente ICA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A., que se encontram em anexo a este relatório.

6. Análise às pronúncias efetuadas

Na sequência da publicação do relatório preliminar, foram rececionadas duas pronúncias: das empresas Nortake e ICA – Indústria e Comércio Alimentar, S.A., as quais foram analisadas pelo júri do procedimento.

Ambas as pronúncias apresentadas referem-se ao custo inerente aos trabalhadores afetos aos refeitórios, indicando que os valores apresentados nas propostas para o custo de refeição, são insuficientes para cobrir as despesas previstas na legislação laboral.

Ora, no procedimento levado a cabo está prevista uma rubrica específica para o custo com o pessoal, tendo os concorrentes apresentado proposta para o preço unitário por hora, conforme consta do relatório preliminar. Desta forma, os custos com os trabalhadores devem estar refletidos nesta rubrica, não devendo ser contabilizados no valor unitário que cada concorrente apresentou para o fornecimento de refeições por aluno, onde se enquadra a refeição de almoço/aluno prevista no procedimento. Ainda assim, esta forma de organização do procedimento não impede que os concorrentes possam ter considerado na proposta apresentada encargos com pessoal, embora não fosse esse o âmbito da rubrica relacionada com o “preço unitário-almoço”.

No que se refere ao número de trabalhadores nos refeitórios, no caderno de encargos está prevista uma distribuição de acordo com o número médio de refeições fornecidas, sendo a tabela apresentada uma ferramenta orientadora do quadro de pessoal a elaborar em cada ano letivo e o qual pode sofrer alterações, em virtude das avaliações à execução do serviço realizado em cada unidade. Neste âmbito, está referido no caderno de encargos que “o número e categorias dos trabalhadores em serviço em cada refeitório, desde o início do fornecimento do serviço, até à primeira avaliação do número médio de refeições, a efetuar no final do segundo mês após o início de cada ano letivo, serão os constantes na proposta do adjudicatário, preenchida com base na tabela seguinte” (alínea h) da cláusula 42ª do caderno de encargos).

Tal indicação não invalida que possam ser realizadas alterações no decorrer do contrato, nem pressupõe que o número de trabalhadores apresentado seja o mínimo a alocar ao fornecimento de refeições, contrariando o referido no ponto 40.º da pronúncia do concorrente ICA.

Por último, e contrariando a alegação que considera insuficientes os esclarecimentos apresentados pela concorrente UNISELF para efeitos de preço anormalmente baixo, entende o júri que esclarecida que está a questão dos custos com pessoal estarem previstos numa rubrica separada, a justificação apresentada pela UNISELF dando nota que possui uma central de compras que garante preços substancialmente inferiores aos habituais preços de mercado se enquadra na alínea a), n.º 4 do artigo 71.º do CCP – a economia do processo de prestação do serviço concretizada na central de compras interna, garante preços substancialmente inferiores aos habituais preços de mercado, permitindo a apresentação de um preço por refeição bastante inferior ao preço base.

Neste sentido, foram aceites os esclarecimentos prestados pela concorrente UNISELF e depois pela concorrente NORTAKE, mantendo-se a decisão constante do relatório preliminar.

Assim, nesta conformidade, o júri deliberou manter o teor, as conclusões e ordenação do relatório preliminar.

7. Ordenação das propostas

Sem mais elemento para analisar, o júri tendo em conta o critério de adjudicação consagrado no Convite, consubstanciado no critério Monofator, graduou as propostas da seguinte forma:

Ordem	Concorrentes	Valor da Proposta s/IVA
1º	UNISELF - SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, S.A.	2.918.114,04 €
2º	NORTAKE - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	5.600.307,00 €
3º	ICA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A.	6.602.003,20 €
4º	RESCATER - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LDA	6.712.743,20€
5º	EUREST PORTUGAL LDA	6.747.800,84 €

8. Deliberações tomadas por:

Unanimidade	Maioria
Todas	-

9. Justificação do voto contra

Não Aplicável

10. Anexos

a. Pronúncias.

11. Data

28/07/2025

12. Assinatura

O júri,

MINUTA DE CONTRATO N.º CPR/AQ/01/25/DCP

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Entre:

_____ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de 1.º outorgante. _____

_____ **Segundo: UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.,**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º PT501323325/NIPC, sede na Rua Cidade de Lisboa, n.º 8 – Edifício Uniself, Parque Industrial do Arneiro, 2660-456 São Julião do Tojal, Concelho de Loures e Filial (Delegação) na Rua de S. Gens, n.º 3380 – N - 1º, 4460-409 Senhora da Hora, representada por **Fernando da Silva Ribeiro**, como 2.º outorgante, na qualidade representante legal, com poderes para o ato, conforme procuração/certidão permanente, que se arquivam. _____

O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes: _____

_____ **1.ª** _____

_____ Este contrato tem por objeto a **Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado**, cuja adjudicação foi feita por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de de julho de 2025, proferido aquando da aprovação da respetiva minuta, no uso de competência própria, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repriminado pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 11.04.2011 na sequência da **Consulta Prévia/Acordo-Quadro – CPR/AQ/01/25/DCP**, ao abrigo do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado

no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. _____

2.ª

_____ Este contrato tem, nos termos do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do contrato Ana Rita Araújo Pereira. _____

3.ª

_____ O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 24 meses, contados a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia, mas a sua execução só se inicia após o Visto do Tribunal de Contas, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, no montante total de 2.918.114,04 €, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, e de acordo com a cláusula n.º 3 do caderno de encargos. _____

4.ª

_____ Esta aquisição foi adjudicada pelo **preço contratual de 2.918.114,04 € (DOIS MILHÕES, NOVECENTOS E DEZOITO MIL, CENTO E QUATORZE EUROS E QUATRO CÊNTIMOS)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço a pagar de acordo com a cláusula n.º 5 do caderno de encargos. _____

5.ª

_____ A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 03|211|020225|12 190 2024/47 Ac.5 do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com as informações de cabimento e de compromisso n.º 96278/_____ de 11/06/2025 e de _____, respetivamente e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme verba indicada na referida informação de compromisso, encontrando-se a respetiva repartição de encargos e

assunção de compromisso autorizadas de acordo com o artigo 33.º das Normas Regulamentares à Execução do Orçamento de 2025, aprovadas em reunião de Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2024. _____

6.ª _____

Para resolução de todos os litígios emergentes da execução do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. _____

7.ª _____

Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de €(.....), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes. _____

8.ª _____

O Segundo Outorgante obriga-se a, durante a vigência do presente Contrato e após a sua cessação, manter confidencialidade sobre todos os dossiers, documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução deste Contrato, e que se refiram ao Primeiro Outorgante, nomeadamente sobre a sua organização, atividade ou negócio, e qualquer outro dado de natureza comercial e/ou técnica, não podendo, designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros. _____

O dever de confidencialidade abrange a reprodução da informação em qualquer suporte informático, ou outro meio de registo de dados. _____

9.ª _____

Em tudo o que não esteja integralmente transcrito no presente contrato considera-se parte integrante deste, as demais cláusulas do caderno de encargos, a

proposta adjudicada, e demais informação conforme disposto no n.º 2 do art.º 96º do Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável. _____

_____E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94º, nº1 do Código dos Contratos Públicos. _____

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,
